



**Estado de Alagoas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI MUNICIPAL Nº 488/2013.**

**EMENTA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO  
ARTIGO 14 DA LEI 415/2005 E REVOGA  
A LEI MUNICIPAL Nº 438/2008.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACUÍPE – ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual combinada com a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Jacuípe **APROVOU** e Eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - .....

Art. 14 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar a alíquota patronal de **12,85% (doze por cento)** para **18,38% (doze vírgula oitenta e cinco por cento)** para o Regime Próprio Previdenciário Social do Município de Jacuípe.

Parágrafo Único: O aumento em epígrafe decorre da necessidade de ajustamento das contas previdenciárias e será efetivado a partir do mês de maio do corrente ano.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em de 24 de setembro de 2013.

**MANOEL MARQUES JUNIOR**  
Prefeito

**Rua Prefeito Mario Acioly Wanderley, s/n – centro – CEP 57960-000**  
**Jacuípe – Alagoas**



**Estado de Alagoas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**MENSAGEM Nº 15/2013.**

Exmo. Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e demais pares desta Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que oferece nova redação ao artigo 14 da Lei Municipal nº 415/2005 que trata da alíquota patronal para o Regime Próprio Previdenciário Social do Município de Jacuípe.

Considerando a necessidade do nosso município de receber verbas federais e estaduais, firmar convênios com outros órgãos da administração pública;

Considerando que ao longo dos últimos 16 anos este Município não celebra convênios por causa da INADIMPLENCIA com a Previdência Pública;

Considerando que este Município necessita URGENTEMENTE da Certidão de Regularidade Previdenciária – CRP;

Submeto a apreciação dos dignos pares o aludido Projeto de Lei nº 014/2013 em caráter de **URGÊNCIA URGENTÍSSIMA** para que depois de aprovada e promulgada será enviada cópia para o Ministério da Previdência Social para as providencias cabíveis.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de estima e distinta consideração.